

Autor: Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Os cargos de médico, previstos na Tabela F, anexo I, da Lei Complementar nº 122, de 12 de agosto de 2014, com carga horária de 04 horas diárias, passam a vigorar com vencimento base de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais).

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã-MS, 19 de dezembro de 2014.

Ludimar Godoy Novais
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº. 130, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“Altera a Lei Complementar n.121, de 12 de agosto de 2014, que aprova o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ponta Porã e dispõe sobre seu Regime Jurídico e dá outras providências”.

Autor: Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O artigo 38, §3º da Lei Complementar n. 121, de 12 de agosto de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 38 – Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, que inviabilizem a realização das atividades consideradas essenciais ao cargo originário, comprovada pela perícia médica oficial, e desde que a limitação ocorra após o ingresso no serviço público, mediante:[...]”

§3º - O servidor readaptado provisória ou definitivamente terá sua carreira suspensa, não concorrendo neste período para as progressões e ascensões funcionais, bem como para as evoluções de classe por tempo de serviço, atendido o Plano de Cargo e Carreira específico, circunstância em que ficará garantido ao servidor a retomada na carreira e suas vantagens, quando cessar a condição de readaptado.” (NR)

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, 19 de dezembro de 2014.

Ludimar Godoy Novais
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº. 071 de 17 de dezembro de 2010, que Institui o Código Urbanístico do Município de Ponta Porã/MS e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, encaminha para aprovação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º. Fica acrescentado ao art. 250 da Lei Complementar n. 071 de 17 de dezembro de 2010, o inciso VIII, com a seguinte redação:

“VIII- documentos constitutivos e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.”

Art. 2º. Fica acrescentado o Parágrafo Único ao art. 247 da Lei Complementar n. 071 de 17 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A atividade irregular de comércio, indústria e prestadores de serviços, assim entendido estabelecimento em atividade sem o competente alvará de funcionamento, fica sujeito a:

- I- Multa no valor correspondente a 85 (oitenta e cinco) UFPP, acrescida de 50% (cinquenta por cento) em caso de reincidência;
- II- Interdição do estabelecimento, nos termos do art. 481, III, deste Código, quando, após a constatação e notificação/autuação pela fiscalização, não tiver proceder à regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da ciência.

Art. 3º. Fica acrescentado o art. 446-A à Lei Complementar n. 071 de 17 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 446-A. A constatação pela fiscalização municipal de que o proprietário do imóvel descumpriu a obrigação prevista no artigo anterior, será reduzida à termo, notificando o proprietário pessoalmente ou através de correspondência enviada ao endereço contido no cadastro do contribuinte.

§1º. O termo de constatação deverá conter, além da identificação do proprietário, a data, hora e o endereço do imóvel, e a descrição das condições e estado do imóvel quanto a existência de resíduos, entulhos, vegetação, e, sempre que possível, ser à ele anexadas imagens do local.